



Universidade Federal do Amapá

Karem Barreto Farias

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:

UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DA SECRETARIA DE ESTADO
DO DESPORTO E LAZER (SEDEL) EM MACAPÁ – AP

Macapá

2010



Universidade Federal do Amapá

Karem Barreto Farias

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER:

UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO E LAZER (SEDEL) EM MACAPÁ – AP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física – da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial à obtenção de graduação em Licenciatura em Educação Física. Orientada pela Prof^a. Ms, Cássia Hack.

Macapá

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Farias, Karem Barreto

Políticas públicas de lazer: uma análise dos projetos da Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (SEDEL) em Macapá – AP / Karem Barreto Farias; orientadora Cássia Hack. Macapá, 2010.

71 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

1. Lazer – Políticas públicas. 2. Lazer – Projetos – Amapá. I. Hack, Cássia. (orient.). II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 790.098116



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O Trabalho de Conclusão de Curso: **POLITICAS PUBLICAS DE LAZER:
ANÁLISE DOS PROJETOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO
DESPORTO E LAZER (SEDEL) EM MACAPÁ/AP**

Elaborado por: **KAREM BARRETO FARIAS**

e aprovado por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceito e aprovado pela
Universidade Federal do Amapá e homologado pelo Colegiado do Curso de Educação
Física como requisito a obtenção do título de

**GRADUADA (LICENCIATURA) EM EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Macapá, 26 de Novembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Cássia Hack
Presidenta Orientadora

Prof. Dr. Márcio Romeu Ribas de Oliveira

Prof. Ms. Maria da Conceição dos Santos Costa

Dedico este trabalho a todos os/as cidadãos/cidadãs e professores/professoras de Educação Física da cidade de Macapá, com desejo de que eles possam se interessar a discutir e refletir o caminho das Políticas Públicas de Lazer de Macapá e do Estado do Amapá.

AGRADECIMENTOS

“Em um determinado tempo da vida conseguimos admitir que as conquistas alcançadas por nós possuem contribuições diretas ou indiretas de outras pessoas, sejam elas queridas ou não”.

Karem Barreto

Gratidão é um dos sentimentos mais nobres que o ser humano pode sentir, pois esse sentimento engrandece os valores de um/a homem/mulher. Vocês não podem imaginar a imensa alegria que sinto por agradecer a cada pessoa, que por “menor” dos gestos tenha contribuído com esse trabalho.

Minha imensa gratidão primeiramente é a **Deus**, por me dar força, as pessoas queridas, esperança e fé, porque “sozinha” eu não poderia.

A minha família que nos momentos alegres e difíceis nunca me abandonou. A minha mãe **Ana Maria** a quem devo tudo que sou hoje, **aos meus Pais: Guilherme e Clodoaldo** pelo apoio, **as minhas Irmãs Cláudia, Jane, Karina, Débora e Wendel**, os motivadores dessa conquista para que eu seguisse em frente. **Aos meus sobrinhos Caio, Bruno, Bruna e Joanita** pelo carinho que sentem por mim.

Ao meu amado companheiro **Welligton**, pelo carinho, apoio, paciência, conselhos, brincadeiras e pelos momentos de alegrias e conversas e que me

fizeram pensar, refletir, aprender e a lutar por aquilo que acredito. E por ser a pessoa especial na minha Vida.

A família **Santos (Dona Menta, Sandra, Júnior, Sheila, Jade, João, Maria Clara, Graciete, Boni, Vitória, Eloi, Marly, Isabela, Reginaldo, Michael, Neivaldo, Tereza e Lurdes)**, por me acolher com carinho, respeito e amizade na família.

Aos amigos **Eduardo (Catita) e Suely** pelos momentos de conselho e conserva, e muitas risadas.

As pessoas que me ajudaram chegar nessa graduação como **meus professores amigos do ensino básico (Conceição, Dilma, Santana, Alexandra, Aroldo, Círio, Margarete, Cely, Rógerio, Sergio, Bety, Marinete, Jamile, Norma e Ivana)**, o meu vizinho **Sales** que dava carona para a mim e a minha irmã até a escola, e em especial ao ex- **Diretor Favacho da Escola Tiradentes** que ao trabalhar no colégio SEAMA (particular) como diretor oportunizou 10 alunos da escola Tiradentes com bolsa integral para estudar o último ano do ensino médio, e entre esses estávamos eu e minha irmã.

Aos meus amigos que foram imprescindíveis, que me apoiaram em momentos decisivos para o começo dessa caminhada. Ao meu amigo **Domingos** que abriu as portas da sua casa para utilizar o computador, impressora e a internet etc. As minhas amigas **Tammy e Ariane** que nos momentos de estresse me descontraíram. A **Marcos** aos favores prestados e a amizade

Aos meus colegas de trabalhos (**Marlene e Isa**) e ao meu chefe (**Freire**), que compreenderam a minha ausência por duas semanas nas minhas devidas tarefas, no qual tiveram que segurar as pontas, durante esse período.

A **galera da UNIFAP**, que são pessoas de coragem, determinação, perseverança, e que lutam pelos seus sonhos, em especial: **Jacyara, Charles, Augusto, Diego, Patrícia, Cris, Deuam, Francinei, Osvaldina e Francisco**, os quais são pessoas de um caráter maravilhoso, que sabem viver a vida com dignidade, e em busca dos seus ideais.

A **Andressa**, que foi amizade à primeira vista, assim que entrei no Universo da UNIFAP. Ela foi uma irmã para mim (que soube ser companheira, confidente e conselheira), pois com essa “molequinha” vivi momentos, excelentes, bons e difíceis, que nos fizeram amadurecer. Aos pais dela que tratavam como pessoa da família e pelas caronas para a Unifap.

A **Lívia**, pela amizade que foi sendo construída (tijolo por tijolo). Na verdade ela me conquistou com seu jeito realista de ver as coisas, sem ter medo (de enxergar e dizer a verdade), mas que tem um coração cheio de carinho e sinceridade para ofertar a quem a conhecer. E pelos momentos de conversas e descontração principalmente nessa etapa final.

Ao **Heltom**, um amigo de grande personalidade que tem um coração de menino. Pelas mensagens de força, perseverança e determinação. E principalmente por ouvir minhas reclamações com as insatisfações.

Aos professores e professoras do curso de Licenciatura em Educação Física que me ajudaram a trilhar nos caminhos do conhecimento: **Demilto Yamaguchi, Daniel Pires, Kátia Fonseca, Marly Gibson, Marcio Romeu, Flávio Cunha, Cássia Hack, Álvaro Duarte, Lilian Monteiro, Socorro Mendonça, Mara Blanc, Conceição e Agripino.**

Ao professor-amigo **Álvoro Duarte**, que me fez apaixonar pela Educação Física e entender que ela é muito mais do que parece ser. Pelo incentivo para prosseguir nas trilhas da busca do conhecimento e pela pessoa maravilhosa que é.

A professora-amiga **Lilian Monteiro**, pelo exemplo de amar o que faz, por fazer com que seus alunos acreditem que são capazes de realizar algo que parece impossível, também pelos momentos de dança que me fizeram viajar e pela pessoa linda que é essa grande mulher.

A **Keise** acadêmica de 2009, que em um momento de agonia me fez um grande favor, e pela pessoa gentil e caridosa que mostrou ser.

A minha orientadora **Cássia Hack** pelos momentos que compreendeu minhas dificuldades, meus problemas e pela qualidade de uma ótima professora (orientação, paciência e amizade) e pela pessoa que é.

RESUMO

Este trabalho busca compreender quais fatores implicam para uma política pública de lazer desenvolvida nos projetos da Secretaria de Estado do Desporto e do Lazer (SEDEL) para a cidade de Macapá, tendo os seguintes objetivos: investigar e caracterizar os projetos de lazer existente na SEDEL; analisar as concepções de lazer nos mesmos e verificar a participação cidadã em relação aos projetos, visando estabelecer um entendimento das políticas públicas de lazer a partir da (concepção de lazer, participação e elaboração dessa política), numa perspectiva dialética. A política pública representa a via por meio da qual a sociedade garante o direito social, neste caso o lazer. Mas essas possibilidades só são bem sucedidas quando as políticas públicas integram Estado/Sociedade em uma co-gestão. Entretanto, essas ações ainda são caracterizadas pela total predominância do Estado, ou seja, a centralização de decisões a cerca da política de lazer. O materialismo histórico-dialético, referencial dessa pesquisa analisa o objeto nas diferentes formas, estudando a origem e o desenvolvimento dos acontecimentos de uma forma espiral, a partir do ponto de vista histórico, para que dessa maneira as reflexões relacionadas ao objeto de estudo seja compreendida em sua totalidade. Os procedimentos, instrumentos e técnicas de pesquisa utilizadas foram: a análise documental, que seguiu os seguintes passos (pré-análise, leitura flutuante, exploração do documento e interpretação), a entrevista com perguntas de conteúdo exploratório aplicado para os funcionários da instituição (sujeitos da pesquisa) e o diário de campo (que contemplou as observações e reflexões registradas) com base no referencial teórico-metodológico possibilitando algumas considerações acerca da temática. O estudo aponta que as políticas públicas de lazer realizada na cidade de Macapá necessitam compreender: o lazer em sua abrangência e real importância para a população; a participação popular como parte desse processo dando possibilidade de intervenções, para superar a centralização das decisões (de cima para baixo); que políticas públicas de lazer é mais que execução de atividades; a necessidade de concurso público para a obtenção de um quadro permanente de funcionários e investimentos na continuidade da formação dos profissionais do lazer. E também considera que esses apontamentos para chegarem à mudança precisam da educação da população para o lazer.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Lazer, Concepção de Lazer e Participação Popular.

ABSTRACT

This paper seeks to understand what factors influence a public policy for leisure in the projects developed by the Secretary of State for Sport and Leisure (SEDEL) to the city of Macapá, the following objectives: to investigate and characterize the existing leisure projects in SEDEL; analyze the concepts of leisure in the same check and citizen participation in relation to projects, aimed at establishing an understanding of public policies for leisure from the (design of leisure, participation and development of this policy), in a dialectical perspective. Public policy is the means through which society ensures the social right, in this case leisure. But these possibilities are only successful when the public policy part of State and Society in a co-management. However, these actions are still characterized by the total dominance of the State, namely, the centralization of policy decisions about leisure. The historical and dialectical materialism, this research examines the reference object in different ways, studying the origin and development of events in a spiral shape from the historical point of view, that this way the reflections related to the object of study is understood in its entirety. The procedures, tools and research techniques were used: document analysis, which involved the following steps (pre-analysis, initial reading, interpretation and exploitation of the document), the interview with questions of content exploration applied to employees of the institution subject _ research and field journal (which included the observation and reflections registered) based on theoretical and methodological framework enabling some considerations on the subject. The study shows that public policies for leisure in the city of Macapá need to understand: the relaxation in its scope, and real importance to the people, popular participation as part of this process gives the possibility of interventions to overcome the centralization of decisions (from top to bottom) that public policy and more leisure activities that run, the need to tender to obtain a permanent staff and investment in continuing training for leisure. And also believes that these appointments need to get to the change of public education for leisure.

Keyword: Public Policies for Leisure, Entertainment and Design Participation

LISTA DE SIGLAS

CBMAP	Corpo de Bombeiros Militar do Amapá
COFE	Coordenadoria de Formação Esportiva
CEFER	Coordenadoria de Educação Física, Esporte e Recreação
COEL	Coordenadoria de Esporte e Lazer
DIAA	Divisão de Apoio Administrativo
DIAPEAL	Divisão de Apoio às Promoções e Eventos de Atividade de Lazer
DEFER	Divisão de Desenvolvimento do Esporte de Formação e Rendimento
DISUD	Divisão de Supervisão de Unidades Desportiva
GEFEL	Grupo de Educação Física, Esporte e Lazer
NAF	Núcleo de Administração e Financeiro
NCEFER	Núcleo de Coordenação de Educação Física, Esporte e Recreação
NEED	Núcleo de Esporte Educacional
NEPA	Núcleo de Esporte de Participação Aventura
NER	Núcleo de Esporte e Rendimento
NPE	Núcleo de Programas Especiais
SEED	Secretária de Educação
SEDEL	Secretária de Estado de Desporto e Lazer
SEFER	Seção de Educação Física, Esporte e Recreação
SEMA	Secretária de Meio Ambiente
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional

LISTA DE TABELAS

TABELA I	Classificação dos projetos quanto ao ano e período de execução
TABELA II	Informações pessoais

LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE I Termo de Consentimento Livre

APÊNDICE II Roteiro de Entrevista

LISTA DE ANEXOS

- | | |
|------------------|--|
| ANEXO I | Projeto: Ruas na Copa 2006 |
| ANEXO II | Projeto: Olimpíadas Escolares Amapaenses 2007 |
| ANEXO III | Projeto: Jogos de Verão |
| ANEXO IV | Projeto Jogos da 3º Idade |
| ANEXO V | Projeto: Jogos Especiais |

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
I. O CAMINHO DA PESQUISA.....	22
1.1. Procedimentos Metodológicos.....	22
II. POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO HISTORICO.....	28
2.1. O Lazer no Brasil Enquanto Políticas Públicas.....	28
2.2. Entendendo o caminho Histórico de Políticas Públicas em Macapá.....	33
2.3. A Criação da SEDEL.....	40
III. REFLEXÕES TEÓRICAS.....	46
3.1. Concepções acerca do Lazer.....	46
3.2. Importância da Participação Popular Enquanto Políticas Públicas.....	49
IV. CONHECENDO OS RESULTADOS.....	53
4.1. A Concepção de Lazer da SEDEL.....	53
4.2. Elaboração de Projetos e a Participação da População aos Projetos da SEDEL.....	57
REFLEXÕES A PENSAR.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	67
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

O cenário histórico da sociedade em relação ao lazer, se dá de diversas formas (como *scholé* na Grécia, na Roma como política de pão e circo, nos tempos medievais é visto como um vício algo que não enobrece o homem e atualmente como mercadoria) , de acordo com cada momento que o homem evolui. Nos dias de hoje é comum observarmos o trabalhador fazer uma exaustiva jornada de trabalho, em que muitos se exaltam em dizer, que quase não se tem tempo para o lazer, isso se explica pelo fator do trabalho sofrer diversas transformações.

O trabalho foi à forma do ser humano ir além da natureza, que, no entanto a natureza não cria nada propriamente humano, ou seja, o ser humano criou certa autonomia diante dela. O trabalho permitiu ao homem dominar a natureza, em outras palavras reconheceu a natureza a sua disposição, que de acordo com (KONDER, 1981, p. 27) o trabalho *é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza; é a atividade que o homem se cria a si mesmo.*

Entretanto foram inevitáveis as deformações do trabalho advindas das evoluções apresentadas a cada contexto histórico, político e econômico, que os levou a uma sociedade capitalista, no qual alguns passaram a dispor de meios para explorar o trabalho dos outros e impuseram condições aos trabalhadores. Dessa forma caracterizou-se uma divisão social de trabalho, na apropriação privada das fontes de produção, ocasionando o aparecimento de classes sociais (KONDER, 1981).

Como admite Konder (1981, p.28):

As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um “estranhamento” entre o trabalhador e o trabalho, na medida que o produto do trabalho, antes mesmo do trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não é o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de conhecer suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por

elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões.

Um dos objetivos da produção capitalista é a valorização do capital e sua produção em escala crescente e ampliada. “*A existência de trabalhadores despossuídos, proletariados e expropriados permite ao capital se incorporar a produção*” (NAVARRO, 2006, p. 56). Por isso o processo histórico que dissocia o trabalhador dos seus meios de produção é o ponto de partida da produção capitalista (NAVARRO, 2006).

Os momentos de Lazer cada vez mais vão ficando em segundo plano para o trabalhador, por que o sistema os faz ter apenas a lógica do trabalho, que segundo Navarro (2006, p.58) é:

O roubo das energias físicas e espirituais do trabalhador em virtude da manifestação e do prolongamento de jornada de trabalho ao longo dos anos não apenas dilapida a saúde, mais implica também o encurtamento do tempo de vida.

Os momentos de lazer, nos dias de hoje, são assegurados em direitos sociais, independente de raça, etnia idade, sexo, ou classe sociais. A Constituição Brasileira de 1988 define o lazer no artigo sexto como um direito social, junto a outros direitos, como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência e assistência dos desempregados. Tendo em vista os direitos sociais, que segundo Menicuci (2006, p. 140) *tem como conseqüência a responsabilidade do poder público por meio da garantia e da previsão de políticas sociais, entendidas como aquelas capazes de garantir o bem-estar de todos os cidadãos.*

A política pública *tem como objeto específico assegurar, mediante a intervenção do estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo manutenção do sistema vigente* (AMARAL, 2004, p. 183) Logo, a política pública é um artifício de se garantir os direitos sociais, que diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, remetendo a um conjunto de decisões. *No momento, pode ser “atos” ou “não*

atos” de uma autoridade pública em frente a um problema ou um setor da sociedade (MENICUCI, 2006, p.141).

A partir, desse pressuposto, buscou-se no referido estudo (**Política Pública de Lazer: uma análise dos projetos da Secretária de Estado do Desporto e Lazer (SEDEL) em Macapá**), visualizar quais fatores implicam para uma política pública de lazer desenvolvida nos projetos da SEDEL para a cidade de Macapá? Tendo como objetivos: investigar e caracterizar os projetos de Lazer existentes na SEDEL; analisar as concepções de lazer nos mesmos e verificar a participação dos cidadãos em relação aos projetos.

Os estudos de políticas públicas de lazer em especial a partir da década de 1980 ganharam grandes destaques no rol das pesquisas realizadas no âmbito acadêmico, estimulando a participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle social nas políticas públicas. Assim, faz-se necessário contribuir para reflexões das políticas públicas de lazer estabelecidas na SEDEL nos projetos desenvolvidos em Macapá, para que nós enquanto cidadãos tenhamos um olhar capaz de criticar (as questões seletivas, fragmentadas, excludentes e setORIZADAS) e tomarmos consciência do dever e do direito de participar das políticas de lazer.

Haja vista, que no Estado do Amapá não há quase estudos voltados para a discussão do lazer, em especial sobre políticas públicas. Daí surge à inquietação de como se processam esses serviços, ou seja, como os órgãos efetuam a garantia do direito social através dessas políticas em Macapá. No entanto, até 2005 o estado do Amapá não possuía uma Secretaria Estadual de Desporto e Lazer, apenas um Departamento dentro da Secretaria de Educação, que basicamente voltava-se para o lazer e esporte na escola.

Dessa maneira, é pertinente desenvolver produções científicas, já que estas possibilitam as possíveis mudanças através de olhares críticos para se refletir o contexto em que se viver, já que, vivemos em uma sociedade dividida em classes: dominantes e dominadas. E assim, de acordo Bonalume (2008, p.167):

[...] é preciso que se permita e se estimule a atuação da população como interlocutora, dotada de representatividade e

legitimidade, no processo de encaminhamento e tomada de decisões. Trata-se da construção de uma nova cultura política que consolide a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas em geral.

Enfim, a incorporação de novos atores na arena política favorece a democratização, o fortalecimento da cidadania e a possibilidade de novos arranjos institucionais para a superação dos desafios postos às políticas de lazer fundadas no desenvolvimento social e humano (PINTO, 2008).

Esta pesquisa encontra-se organizada em quatro capítulos, com a pretensão de expor, analisar, compreender e refletir, sobre os aspectos das Políticas Públicas de Lazer em Macapá, a partir da análise dos projetos da SEDEL. O capítulo inicial – O CAMINHO DA PESQUISA – demonstra o percurso e o contexto da pesquisa, revelando o referencial teórico-metodológico; e os procedimentos técnicos instrumentais. O segundo capítulo – POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO HISTÓRICO – compreende a origem histórica do objeto estudado (do contexto nacional ao contexto local) para possibilita fundamentações no entendimento da problemática. No terceiro capítulo – REFLEXÕES TEÓRICAS – neste capítulo são expostas reflexões que possibilitam a aproximação e apropriação de teóricas e conceitos sobre a temática do estudo, ou seja, políticas públicas de lazer: uma análise dos projetos da SEDEL. E o quarto capítulo – CONHECENDO OS RESULTADOS – é o momento em que pretendo apresentar os resultados dividido em dois eixos de acordo com os objetivos: i) Lazer na concepção da SEDEL, ii) Elaboração de projetos e a participação da população aos projetos da SEDEL.

CAPITULO I

I. O CAMINHO DA PESQUISA

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O campo desta pesquisa se dar na Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (SEDEL) do Amapá, e se limitará em estudar as políticas públicas de lazer , fazendo uma análise dos projetos desenvolvidos na cidade de Macapá, a capital do Estado. Pois esta traz como objetivos: investigar e caracterizar os projetos de lazer existentes; analisar as concepções de lazer nos projetos identificados e verificar a participação dos cidadãos nestes projetos.

O presente estudo é de cunho qualitativo para que sirva como base para discussões e reflexões sobre as políticas públicas de lazer em Macapá. Tendo como o método de abordagem, o **Método Dialético** e como procedimentos técnico-instrumentais, terá a análise documental, entrevista e o diário de campo.

O referencial das reflexões que fundamenta este estudo é o método marxista de analisar, investigar, interpretar o mundo e seus movimentos. No qual afirma Marx (1989) apud Padilha (2006, p.13):

A investigação tende a se apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a prior. Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano [...]. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.

O materialismo dialético privilegia as mudanças qualitativas, além de dar base para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada, pelo contrário esta sempre fazendo o diálogo com a política, economia, cultura e outros. Que segundo Konder (1981, p. 37) *para encaminha uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão do conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Assim a dialética é muito mais existente que o irracionalismo, pois as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada (em vez de inventar totalidades, procura enquadrar nelas a realidade).*

Então a importância de ver o todo é pelo fato de possibilitar uma compreensão clara das conexões e conflitos internos, que nos obriga a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade, sendo assim, nas palavras de Konder (1981, p. 44): a dialética:

Não pensa o todo, negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: a que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político) como a união entre elas (o que leva a arte e a política se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade).

A dialética não se contrapõe a lógica, mais vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. (KONDER, 1981, p.47). Assim ela se fundamenta em três grandes princípios (ENGLES, 1974, apud GIL, 2008):

- a) A unidade dos opostos. Os objetos e fenômenos apresentam caráter contraditório que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos, mas num estado de lutas entre si. Assim, constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.

Essa lei refere-se que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por

uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Konder (1981) afirma que conforme o contexto que ela esteja situada (as conexões), prevalece, na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade.

- b) Quantidade e qualidade. São características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

Esta se refere de acordo com Konder (1981) ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais).

- c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

E essa por sua vez dá conta de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações (KONDER, 1981). “*A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são a superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação*” (KONDER, 1981 p.57).

Sendo assim Padilha (2006, p. 14) compreende:

O materialismo expressa, na verdade, as condições práticas do mundo material a partir do qual vem (que é dialético e histórico). Que dizer que há uma primazia do real sobre o seu conhecimento, ou seja, há primazia do ser sobre seu pensamento (a consciência). Portanto, o ser (o real) se distingue do seu conhecimento. O objeto do seu materialismo dialético esta constituído pelo que Engels chama ‘a historia do pensamento’, ou o que Lenin

denomina 'a historia da passagem da Ignorância ao conhecimento'. N'A *Ideologia alemã*, Marx e Engels, explicando o seu materialismo, afirmam que os homens, ao desenvolverem sua produção material e o intercâmbio material (na circulação dos bens produzidos) transformam a si próprios e transformam, a partir das condições dessa realidade material, seu pensar e seus produtos do seu pensar.

Os procedimentos técnicos instrumentais adotados por essa pesquisa, diante da complexidade da temática Política Públicas de Lazer, foram utilizados a análise de documentos como primeira etapa da coleta de dados, que segundo Gil (2008) os dados documentais, são constituídos de acordo com os períodos que se pretende estudar, e proporciona um esclarecimento mais objetivo da realidade, tornando-se, importante para detectar mudanças na população, a estrutura social, nas atitudes e valores sociais. No qual foram percorridos os seguintes caminhos para se fazer a análise: a **pré-análise**, que constituiu na organização do material da pesquisa, sendo que foram coletados cinco projetos, e 2 ofícios. No qual permitiu organizá-los (classificar) de acordo com cada ano que se executou os projetos (na ordem crescente) para facilitar mais á frente à discussão sobre a análise dos documentos. Veja na tabela a seguir:

Tabela I: Classificações dos projetos quanto ao ano e período de execução.

Nº de Classificação de Projeto.	Ano da Execução do Projeto	Período de execução
1	2006	22 de Jun. a 09 de Jul.
2	2007	Abr/Nov
3	2008	27 de jul.
4	2010	10 de Set. a 17 de Set.
5	2010	Nov/Dez

A leitura flutuante, que proporcionou meios para definir as questões que nortearam a pesquisa quanto á caracterização dos projetos; a **exploração dos documentos**, que é a análise propriamente dita, dando possibilidade de

identificar as concepções de lazer presente nos projetos desenvolvidos pela SEDEL; e a **interpretação** que significou a análise dos dados encontrados em diálogo com os referenciais teóricos (GIL, 2008).

A segunda etapa produziu-se um instrumento, que foi o roteiro (Apêndice II) dividido em: parte I, que foi um pequeno questionário em relação aos dados pessoais (idade, sexo, turno em que trabalha e tempo de serviço) e a parte II, com perguntas de conteúdo exploratório, visando obter respostas precisas em relação ao ponto de vista dos participantes (Lakatos. 1990) com a intenção de ampliar possíveis entendimentos sobre a política pública de lazer, que os colaboradores da SEDEL trazem enquanto sujeitos dessa pesquisa, que apontaram acerca da concepção de lazer, política pública, participação e elaboração de projetos. A entrevista é uma das formas de interação social e de diálogo assimétrico, em que se obtêm informações acerca do que as pessoas sabem, pretende fazer, fazem ou fizeram (GIL, 2008).

No primeiro momento para a realização da entrevista foi feita a apresentação da pesquisa, os objetivos, o contexto e todos os requisitos da formalidade, onde ficaram marcadas: datas e horas com seis funcionários que se disponibilizaram participar da pesquisa, ressaltando que os mesmos receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando os procedimentos (gravação da entrevista e posteriormente transcrita na íntegra), bem como garantindo o sigilo e direitos quanto a sua integridade, e sua desistência na participação da pesquisa.

Mas participaram apenas dois funcionários (dos quais informalmente tinham aceitado participar), no qual os nomeio de funcionário1 e funcionário 2 na tabela abaixo segue as características dos mesmos, assim se cumpriu o sigilo e o direito a integridade dos sujeitos da pesquisa.

Tabela II: Informações pessoais dos sujeitos da pesquisa.

Funcionário	Idade	Gênero	Tempo de Serviço na SEDE	Turno em que trabalha	Formação
1	48	Masc.	5 meses	Diurno	Nível Médio*
2	58	Masc.	31 anos	Matutino	Nível

					Superior em Educ. Física.
--	--	--	--	--	---------------------------

*O funcionário 1: possui a carteirinha do CREF.

A desistência dos demais participantes se atribui a operação denominada “Mãos Limpas” da Polícia Federal¹, no qual se constatou o desvio de verbas da SEDEL, juntamente com outras secretarias estaduais. Essa justificativa se atrela ao fato das pessoas se sentirem receosas a perder cargos e contratos, fazendo com que desistisse de participar, dando desculpa que não tinham tempo para essas coisas. Dessa maneira fica evidente a politicagem dentro dos órgãos públicos, pois as pessoas trocam fidelidade aos “políticos” para permanecerem aos em seus empregos, ao invés de contribuírem para as possíveis mudanças.

Outra técnica que se utilizou para coleta de dados foi à observação livre, que resultou na composição do diário de campo. Neste, foram registradas as observações e reflexões, elaboradas a partir das situações do cotidiano observadas e do referencia teórico-metodológico deste trabalho, numa perspectiva de processo dialético. Essas observações foram feitas durante as minhas idas na SEDEL, para coletar documentos e realizar as entrevistas, que no total somaram dez dias, na maioria no período da tarde, no segundo semestre desse ano.

¹ Operação ocorreu no dia 10 de setembro de 2010, revelando um desvio de mais de 800 milhões dos seguintes órgãos: Secretaria de Educação do Estado (SEED), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Assembleia Legislativa, Prefeitura de Macapá e nas Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, Saúde, Inclusão Social, Desporto e Lazer e no Instituto de Administração Penitenciária.

CAPITULO II

II. POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 O LAZER NO BRASIL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

No Brasil, durante muitas décadas, a temática sobre lazer não era freqüente, tanto no âmbito acadêmico quanto nas organizações governamentais, pois este tema era considerado de menor importância, sendo inúmeras vezes, não reconhecido como direito social. Talvez, um dos fatores implicantes para o cenário das políticas públicas de lazer na vida cidadã.

No âmbito legislativo aconteceu uma significativa produção, nas décadas de 1930 a 1940, no que diz respeito ao um “tempo de não trabalho”, sendo tratada nas respectivas Constituições Federais, a de 1934 que, pela primeira vez fala de um tempo de não trabalho e a de 1937. Ainda nesse contexto por volta de 1943 é promulgado o Decreto-lei n. 5.452, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garantindo um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); remuneração para repouso semanal (do art. 67 ao 69), feriados (art. 70) e férias (do art. 129 ao 153). A partir da CLT gerou a elaboração e a execução de políticas de atividades recreativas de caráter assistencialista e corporativista², contemplando apenas um grupo social de trabalhadores (PINTO, 2008).

² PINTO (2008), expressa que nesse molde o tempo é valorizado como recompensa de trabalho ou redenção orientada, promotora do acesso a atividades mediante benesse, ou seja, supondo sempre um doador e um receptor. Nesse sentido provocando dependência do público assistido a “pacotes” de atividades carregadas do sentido de doação.

De certa forma esse fato inicia um reconhecimento legal de um tempo social para o lazer, de acordo com Pinto (2008, p.81):

[...] o reconhecimento legal de um “tempo social” que abriu espaço para experiências que foram sendo ressignificadas como lazer à medida que, historicamente, foi reconhecido que o essencial da vida dos atores sociais se desenrola também para além do tempo dedicado ao trabalho assalariado.

Sobretudo, é importante destacar que esse avanço ocorreu apenas para os trabalhadores assalariados urbanos, deixando explícitas as desigualdades sociais relativas ao direito de lazer e, que ainda tais políticas contribuíram para a formação de atitudes e comportamentos individuais no lazer, tratado como tempo livre ou desocupado.

Mais tarde com o passar dos anos entre 1960 e 1970 o Brasil passa por “transformações nas políticas sociais” no âmbito institucional-financeiro baseado na ação e proteção do estatal, abrindo espaço para organizações dos sistemas públicos ou estatalmente regulados na área de bens e serviços sociais básicos. Nessa época foram criadas duas estratégias que marcam o modelo de políticas públicas de lazer, sendo, elas: a Campanha de Ruas de Recreio³ e as Ruas de recreio ou Rua de lazer.

Segundo Pinto (2008, p. 84):

essa experiência pode ser considerada como a principal propagadora das políticas públicas de lazer como “cultura de eventos” – esporádicos discriminatórios e “pacotes” de atividades abaixados de gabinete técnico.

Mas, também nesse período fica fortemente marcado a aliança entre as políticas de Esporte, Educação física e Lazer, consagrando o campo da Educação Física como principal difusor das políticas de lazer no Brasil, com as práticas de atividades esportivo-recreativas em todos os níveis de ensino no

³ Era a mobilização e a promoção de atividades esportivo-recreativas em ruas e praças da cidade. Conforme Pinto, 2008

país. Esse momento para a Educação Física Escolar, deixa grandes cicatrizes para o presente contexto histórico do ensino da mesma. Porém, não entraremos no mérito da questão, apenas para refletir sobre o problema que causou a educação física escolar.

Com tudo, é somente a partir desse período que, inicia-se uma maior atenção ao assunto, com ação das universidades, em grupos de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento (Ciências Sociais, Psicologia da Comunicação Social e da Educação Física). Entre essas diferentes reflexões, deve-se ressaltar a compreensão da característica multidisciplinar da temática, bem como a sua consideração como fenômeno a ser entendido no ramo da cultura.

Com a queda do governo autoritário em 1985, inicia-se uma onda de reivindicações e mobilizações sociais para as mudanças políticas, que resulta na promulgação de uma Constituição avançada nas questões dos direitos sociais, logo, o lazer é reconhecido no conjunto desses direitos. Pinto (2008, p. 86), afirma que “esse fato passou desafiar governantes e a sociedade no sentido da elaboração e implementação de políticas que pudessem reconhecer e proteger tal direito”.

Nessa época o lazer também é reconhecido como uma força econômica no país, o que de certa forma marca a influência capitalista nessa temática, visando o lazer como tempo-espaco de consumo (PINTO, 2008). Isso se deve a partir do desenvolvimento da tecnologia e a transformação dos meios de produção industrial, que reflete o lazer como consumo, onde as atividades se sustentam através de um padrão mercadológico de produções das indústrias culturais⁴ (ALMEIDA E GUTIERREZ, 2004).

Para Almeida e Gutierrez (2004, p.51) esse momento histórico:

[...] significa que o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física e nervosa, não é mais a

⁴ Almeida e Gutierrez (2004, p. 53) nos explicam que, esse processo foi construído para desenvolver o consumo e expandir o novo sistema de produção, num processo de padronização da vida burguesa, enquanto modelo último a ser seguido, atingindo, diretamente as formas de lazer, já que o seu consumo ocorre necessariamente no tempo não produtivo.

participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares.

Dessa forma, o lazer traz grandes preocupações, em especial no início dos anos 90, na medida em que se desenvolvia o mercado do lazer, sendo, portanto a propagação das teses neoliberais, com seu modelo de Estado mínimo e as premissas liberalizantes da forma administrativa que passam a subordinar explicitamente às regras da política e as leis do mercado (MASCARENHAS, 2007). Logo, as indústrias de lazer e entretenimento organizam-se rapidamente, destacando o crescimento do turismo e a consolidação do esporte como pressuposto de negócios (MELO, 2003).

Com esse modelo o Estado se tornou um regulador das práticas ditas descentralizadas, devido a essa falsa expansão das políticas públicas sócias no momento em que se configura como modelo neoliberal e Estado mínimo (AMARAL, 2004). E para Amaral essa parceria de neoliberalismo e Estado mínimo como configuração para as políticas públicas traz:

[...] conseqüência, como em todos os setores das políticas públicas tal expansão não se traduziu num aumento de investimento, mas sim no aumento do poder do Estado como regulador das práticas ditas descentralizadoras. O resultado é que há pouco investimento estatal e muito controle sobre os negócios da iniciativa privada. No campo do lazer, o Estado se desresponsabiliza sobre as políticas públicas diretas, contudo, ele estabelece leis de incentivo fiscal, investimentos diretos em empreendimentos privados. Crescer o lazer como mercadoria de consumo e como entretenimento (2004, p 84).

O que se entender a partir dessa postura fiscalizadora do estado, é que ele passa a responsabilidade das “políticas públicas” diretas para mãos dos empresários, através das implementações de leis de incentivos, que no caso do lazer e esporte é (lei de incentivo ao esporte) que passam a custear as realizações dessas políticas.

Com esse processo o lazer passar a ser restrito a um **mercolazer** como nos diz Mascarenhas (2007, p.29):

Nessa perspectiva, o lazer torna-se acessível apenas pra uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse deste “direito”, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado nem sempre de modo direito, que o **cidadão-consumidor**, como proprietário, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionarei chamar por **mercolazer**, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria.

O capitalismo abraçou o lazer como um aliado atualmente diferente dos cenários passados. E a “massa popular”, ainda na sua maioria não conhece os direitos sociais, muitas vezes abdicando, devido às condições desiguais “naturalizadas” ou influências consumistas.

Apenas um grande número de manifestações, poderá equilibrar a realidade em que se encontram as políticas sociais, que se deve ao modelo de governo neoliberal, assim nutrirão as formas de resistência, de lutar e de emancipação. (MASCARENHAS, 2007).

Para além desses aspectos segundo Padilha (2004, p. 77) nos dizem:

[...] que são comuns a todas as políticas públicas e em especial para políticas sociais, a participação se torna mais evidente no caso específico do lazer dada sua reconhecida inserção no âmbito da cultura, estando, portanto, relacionado a valores, representações e sentidos atribuídos pelo conjunto de pessoas de um grupo ou sociedade a determinadas ações de atividades, o público-alvo da política não pode ser vista como espectador, mas como parte do processo, como coadjuvante das ações.

Nesse sentido, de acordo com Mascarenhas (2007, p 35) tem que haver a conquista da soberania cidadã, ou seja, a **lazerania**⁵, o desafio que consiste em conceber a vida e o mundo definido no jogo das forças sociais, com indivíduos e coletividades protagonizados na luta e emancipação diante das estruturas de dominação e alienação, conquistando a cada dia a participação cidadã que acumulam saberes, habilidades, métodos, estratégias, experiências, enfim, instrumentos de poder que reivindicam direitos.

Essa conquista não é fácil, mas é relevante destacar os passos que vem sendo dados, como a criação do Ministério do Esporte, pela medida provisória nº103, de janeiro de 2003⁶, que deu início e oportunidade as ações importante na história das políticas públicas como a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer entre 2004 e 2006, através das conferências municipais, estaduais e nacionais, dentre as conferências livres. Que segundo Pinto (2008), busca a articulação de agentes, entidades e organizações sociais, instituições e sujeitos, para ampliar condições para a prática do esporte e lazer nos municípios, estados e União. E atualmente passamos por outro momento de discussão para o plano decenal no Sistema Nacional de Esporte e Lazer nas políticas públicas de lazer e esporte.

2.2 ENTENDENDO O CAMINHO HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM MACAPÁ

Tudo começou por causa das tentações estrangeiras de quere invadir a “rica” Colônia Brasileira do Império Português, pois isso os obrigava a tomar

⁵ A idéia de *lazerania*, ao mesmo tempo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social e popular de uma sociedade cujo direito ao lazer tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico. Conforme Mascarenhas (2007, p.35)

⁶ Tem como missão “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação de esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”, conforme Ministério de Esporte (2009)

decisões estratégicas para evitar o atentado. E nessas estratégias a região norte passa a ser “tratado” de modo especial, devido ser áreas de fronteira com os inimigos estrangeiros, em especial a França. Agora veremos com detalhes o nascimento de Macapá.

No período Imperial do Brasil as ocupações na região Amazônica tinham como objetivo estabelecer um controle mais efetivo do Estado Metropolitano sobre a região, como forma de defendê-la da cobiça de estrangeiros, tendo em vista, a assinatura do Tratado de Madri⁷ com a Espanha.

Os nossos colonizadores estavam muitíssimos preocupados, pois sabiam, que era de imediata necessidade efetivar as demarcações nas fronteiras estabelecidas pelo Tratado e que precisavam consolidar a ocupação do território, principalmente ao Norte, onde a presença de colonos portugueses era pouco significativa. A coroa portuguesa com o intuito de atingir esse objetivo toma a decisão de intervir diretamente na definição e execução da política de colonização do Pará e Maranhão⁸, assim nomeiam para governador desse estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751/1759) para realizar a tarefa de colonizar o mesmo, principalmente as áreas de fronteiras com os outros países. Segundo Santos (2006) o povoado de Macapá entre os anos 1752 a 1754 rapidamente progredia com os colonos imigrantes da Ilha de Açores. E no início de 1758 novamente o governador, aportou em Macapá uma numerosa comitiva, esta que elevaria o povoado a categoria de vila. As providências iniciaram no dia 02 de fevereiro, criando a Câmara Municipal e empossando os vereadores. Assim nos conta Santos (2006, p.18):

No transcurso de uma solenidade ocorrida, dia 04 de fevereiro, o Governado Mendonça Furtado mudou a categoria administrativa do povoado de Macapá, elevando-o à condição de vila com a denominação de Vila de São José de Macapá.

⁷ Assinatura do Tratado de Madri com a Espanha, em 1750, incorporou cerca de 3.000Km² de território ao Brasil (ANDRADE, 2000)

⁸ O Estado de Grão Pará e Maranhão denominava toda a região Norte. Macapá era apenas um município desse estado, mas que tinha uma importante significância nessa época, devido está banhado pelo Rio Amazonas, que era uma porta para os estrangeiros.

Mesmo colonizado a coroa portuguesa teve varias perseguições estrangeiras por esses lados e para se precaver iniciam a construção da fortificação denominada de Fortaleza de São José de Macapá⁹ no governo de Fernando da Costa Ataíde Teive, projeto do engenheiro Henrique Antônio Galúcio.

Macapá era considerada por Grão Pará apenas uma colônia¹⁰, pois nada era investido aqui, a não ser a proteção das fronteiras. No entanto, os habitantes do município de Macapá e Mazagão insatisfeitos com a situação reivindicam ao governo federal que estes municípios do Estado do Grão Pará tornem os seus limites unificados em um Território Federal, assim como o Acre (SANTOS, 2006). Vale ressaltar que nessa época o Brasil já se encontrava na condição de República.

As reivindicações dos nossos irmãos macapaenses eram em prol de melhorias econômicas para a região. E para eles Macapá se tornando um Território Federal, os investimentos para um projeto ou estratégia sócio-econômica seria um processo mais acelerado.

Com o fim da República Velha e ascensão do Estado Novo (Revolução de 30) com Gertúlio Vargas no Governo do Brasil, esse assunto passou a ter uma maior significância, mas apesar da importância e seriedade que a questão requeria passaram a adiá-la “para analisar a melhor maneira de implementar autonomias territoriais, sem que o ato viesse a se contrapor ao centralismo do Estado” (SANTOS, 2006, p.17).

Segundo Santos (2006, p.18):

Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro diante da nova conjuntura política internacional, com a necessidade de melhor estruturar a Nação para

⁹ Com a construção da Fortaleza de São José de Macapá, foram deportados muitos escravos (afro-descendentes).

¹⁰ O governo paraense tinha um grande descaso com essa região, pois chegou a considerá-la “**Zona de castigo**”, para esta região eram transferidos, compulsoriamente, servidores públicos que caíam em desagrado do governo estadual. (SANTOS, 2006, p.27)

enfrentar as adversidades decorrentes da situação de beligerância, implementava a militarização de regiões fronteiriças, criando mais companhias e pelotões.

A redivisão política dos país de forma ampliada foi concretizada em 13 de setembro de 1943, visando ocupar, vitalizar e recuperar as fronteiras, além do estratégico-militar, sendo que, este último era de total relevância para o momento que se encontravam as questões geopolíticas do mundo. Nessa ocasião foram criados cinco Territórios Federais¹¹, e entre eles o Território Federal do Amapá¹², desmembrado do estado do Pará, e constituído com a maioria das terras da projetada Província da Oiapoqueia, compreendido pelo Oceano Atlântico, o canal do Norte e braço norte do rio Amazonas até a foz do rio Jari; e da foz desse afluente até as cabeceiras da terra do Tumucumaque; e pela linha limite com as Guianas Francesa e Holandesa (o atual Suriname).

A escolha do governador do Território do Amapá segundo Santos (2006) foi com a implantação do sistema de interventoria¹³. Para governar o Território Amapaense manifestaram-se dois pretendentes: os paraenses e capitães Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes, e nessa escolha o Capitão Janary Gentil Nunes, de 31 anos de idade caiu na preferência do presidente, devidos seus méritos militares, o fato de não haver exercido função civil, o amplo conhecimento da região que iria governar e principalmente pela opinião do general João Álvares de Azevedo Costa¹⁴.

¹¹ Os cinco Territórios Federais foram: Rio Branco, desmembrado do estado do Amazonas; o de Guaporé, desmembrado dos estados de Amazonas e Mato Grosso; o de Ponta –Porã, desmembrado do estado do Mato Grosso; o de Iguazú desmembrado dos estados do Paraná e Santa Catarina; e o do Amapá (SANTOS, 2006).

¹² Segundo Santos (2006) a área do Território do Amapá abrangia totalmente os municípios de Macapá e Amapá, e parcialmente os de Mazagão e Almerim, vindo a ser diferentes da idéia inicial dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹³ É um sistema que se iniciou na década de 30, “com advento do getulismo, isto é, priorizando oficiais da ativa do Exército de patente intermediária e superior para administrá-los” (SANTOS, 2006 p. 23)

¹⁴ Nasceu em Macapá no dia 1º de novembro de 1871. Em 1º de novembro de 1890 ingressou no Exército e em 14 de novembro de 1922 foi promovido a general de brigada. Bachelou-se em ciências físicas e matemática e formou-se em engenharia.

O capitão Janary Gentil Nunes ao ser nomeado a governador do Território do Amapá foi logo tratando da mudança de capital (da cidade de Amapá para a cidade de Macapá). Pois a cidade de Amapá havia sido decretada como a capital do Território, desde 21 de setembro de 1943, atendendo a sugestão da Comissão de Revisão Territorial, que enfatizava a questão dos princípios nacionalistas¹⁵. Entretanto a capital estabelecida por lei não tinha uma localização geográfica adequada, no sentido da equidistância dos extremos norte-sul do Território. Além do mais, “apresentava dificuldade de acesso e comunicação com as demais áreas para funcionar como pólo irradiador de ações e decisões governamentais” (SANTOS, 2006, p.28). Logo o governador tratou de justificar para o Presidente da República a necessidade da mudança da capital, sendo de Amapá para a cidade de Macapá. Dessa maneira Macapá se tornava a capital do território, já que a nova capital tinha as facilidades de acesso por localizar-se no estuário do Amazonas para funcionar como entreposto para todo o Território¹⁶.

O período de governo de Janary Nunes, que para o autor é a época do *janarismo*¹⁷, “foi um período político-administrativo marcado pela dicotomia entre o discurso e a prática; e realizações efêmeras e paliativas” (SANTOS, 2006, p. 31). Na verdade, o governo Federal entregou os Territórios nas mãos dos seus governadores, pois as relações econômicas, sociais, políticas e de trabalho caracterizavam-se pelo extrativismo predador e produção de subsistência; imobilidade social, a subserviência e semi-escravidão. E, no entanto as medidas elementares de fortalecimento econômico e político para implementar nos territórios quando foi projetada a redivisão ficou no descaso do Poder Central.

¹⁵ Essa medida segundo Santos (2006) foi tomada devido a base área militar se estabelecer nessa região, e também pelo motivo de reafirmar a soberania nacional sobre o setentrão pátrio, num momento que o Estado Brasileiro e o Estado Unidos não tinham efetivas relações políticas e comerciais.

¹⁶ O autor Santos (2006) relata que Macapá se tornou a capital de fato e de direito a partir de 31 de maio de 1944, através do Decreto-Lei nº 6.550, artigo 6º. Porém enquanto não havia saído o decreto o Território tinha duas capitais a de direito e a de fato.

¹⁷ É a forma que o autor Santos (2006) trata o período que Janary Gentil Nunes em sua obra “Historia do Amapá da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo 1943-1970”.

O governador conquista a adesão de seus habitantes, de forma populista, chegando até a se lamentar o passado de abandono pelo poder público, ele procurava agradar igualmente os dirigentes de festa religiosa, mantenedores de tradições folclóricas e comerciantes (SANTOS, 2006). Esses benefícios ofertados tinham outros interesses por trás, como nos conta Santos (2006, p.32):

Como havia feito com os coronéis, os tornou seus partidários, e exemplo a ser cordato e a ser seguido pela população que, assim reagia condicionada pelas demonstrações de seus líderes, patrão, credores e atraída pela possibilidade de usufruto de ações paternalista: um dos meios que o governo utilizava para contornar os problemas sócio-econômicos.

Dessa forma patrocinava os arraiais religiosos, com a vinda de parques, essas festas religiosas eram marcadas no calendário das famílias macapaenses, como um dos acontecimentos importantes da cidade; as datas comemorativas do Território também contavam com grandes atrações de fora da região como: cantores, artistas, políticos de renome, atletas ou times de futebol. Janary Nunes gostava muito de esportes e com isso construiu a Praça Barão do Rio Branco, com espaço para prática do voleibol, do basquete e do futebol, lembrando que ele gostava de prática esportes. Essas eram a forma do estado promover o lazer e esporte à população, porém apenas na capital (Macapá). Pode-se perceber que por trás dessas ações tinham outros interesses, os de ter a população ao seu favor nas suas decisões, ou seja, um caráter alienador.

Além do mais, não era apenas no campo do lazer que o governo tinha controle, a população estava à mercê do assistencialismo que o governo lhe prestava, porque estavam condicionados a trocar fidelidade por uma cesta básica, consulta médica e vestuário (SANTOS, 2006).

Janary Nunes governou o Território do Amapá por mais de doze anos, de forma centralista, ou seja, autoritária e populista. Não propunha órgão colegiado de deliberação coletiva nem de controle e planejamento (SANTOS,

2006). Pois dava “a palavra inicial e final sobre os assuntos de ordem administrativa, social e até cultural” (SANTOS, 2006, p.46). Este apenas deixou o governo do Território do Amapá para presidir a Petrobrás em 5 de fevereiro de 1956, porém ainda mantinha influências políticas na região.

Os governadores que passaram pelo território continuaram sendo escolhidos pelo sistema de intervenção dos presidentes militares que assumiam a República. Um dos governadores nomeados de destaque nessa época foi o Comandante Annibal Barcellos no ano de 1979, pelo Presidente General João Batista Figueiredo. Esse governo territorial durou seis anos, considerado uma administração de muitas realizações de obras, entre elas as que mais se destacaram foram: construções de dezenas de escolas, complexo administrativo, asfaltamento em várias ruas e avenidas e no que diz respeito à questão de lazer e esporte “construiu praças, com espaço para a prática de esporte e outras com estrutura para passeio, como a de destaque Floriano Peixoto, que foi considerada a mais bonita da Região Norte naquele momento, e o teatro das Bacabeiras” (SANTOS, 2006, p. 82).

É de suma relevância lembrar que uma das formas também do governo realizar as “políticas públicas de o lazer” era no viés do esporte e atividade física, através da Secretaria de Educação. Como vimos anteriormente no início deste capítulo, esse modelo de políticas públicas era no cenário nacional, onde a disciplina de educação física consagrou-se como a principal peça chave para a realização dessa estratégia política.

Com o fim do Regime Militar e o advento de uma nova conjuntura política “Democrática” reformula-se a Constituição Brasileira, que foi promulgada em 5 de outubro de 1988, onde transformou os Territórios Federais de Roraima e Amapá em Estado da Federação, que para Santos (2006, p.84):

Essas unidades Federadas não mudaram de categoria jurídica por terem alcançado níveis de progresso que definitivamente as integrassem à comunidade nacional, mas porque, finalmente, o Governo Federal reconhecia a impropriedade dessa forma de administração, imposta sobre essas áreas por quase quarenta e cinco anos, e a determinação de integrá-las à modernidade de organização política, econômica, social e administrativa

para que, sob auto-governo, se tornassem democráticas e progressista.

Entretanto, essa mudança não veio apenas pelo reconhecimento do Governo Federal, mas por causa da onda de movimentos populares em todo o país que aclamava por mudanças profundas no Brasil, pois esse modelo de política adotado para administração dos ex-Territórios não condizia com a nova configuração política.

E assim que o Amapá se transformou em Estado foi aumentada e ampliada a representação parlamentar em nível federal, passando a ter direito a oito vagas à Câmara dos Deputados e três no senado. No âmbito estadual, o eleitorado amapaense teve assegurada a prerrogativa de eleger o governador e os deputados estaduais (SANTOS, 2006).

Conforme as eleições de outubro de 1990, o primeiro governador a ser eleito no pleito foi Aníbal Barcellos (SANTOS, 2006). E os deputados federais foram: Eraldo Trindade (PFL), Sérgio Barcellos (PFL), Fátima Pelaes (PFL), Murilo Pinheiro (PFL), Valdenor Guedes (PTB), Aroldo Góes (PDT), Lourival Freitas (PT) e Gilvam Borges (PRN), para o senado elegeram-se Henrique Almeida (PFL), Jonas Pinheiro (PTB) e José Sarney (PMDB).

Percebe-se que os mesmo políticos ou mesmas famílias políticas continuam no poder em Macapá-Amapá, são nomes e sobrenomes que até hoje¹⁸ permanecem na vida pública, o que talvez contribua para um processo lento de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais para um avanço efetivo do estado do Amapá.

Contudo, as políticas públicas de lazer a partir desse processo de mudança de Território para Estado não tiveram muitos avanços, mas atualmente teve um considerável passo, que foi a criação da SEDEL (Secretaria de Estado de Desporto e Lazer) no ano de 2005, que passaremos a ver com mais detalhes a seguir, o processo de criação dessa instituição.

¹⁸ Nessa presente eleição de 2010, alguns desses mesmos nomes disputaram as eleições, e os que não disputaram deixaram seus sucessores familiar disputar o pleito.

2.3 CRIAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESPORTO E LAZER (SEDEL)

A secretaria de Estado do Desporto e Lazer (SEDEL) de fato é um contexto recente na história do estado do Amapá, conforme o Decreto nº 4275 foi criada em 13 de setembro de 2005, na gestão do governador Antonio Waldez Goés da Silva, com as seguintes missões, segundo o Diário Oficial do Amapá de: planejar, coordenar a execução da política de desporto e lazer, visando incrementar as atividades inerentes a sua atuação junto aos diversos segmentos da sociedade; apoiar o Conselho Estadual nos assuntos relacionados principalmente a recursos humanos, matérias e infra-estrutura necessária ao seu funcionamento; avaliar planos e programas de incentivo ao esporte e ações de democratização da prática esportiva; abranger as mais diversas modalidades em todos os segmentos sociais; realizar estudos e avaliações, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas do desporto e lazer, contribuindo com a formulação de estratégias e com aperfeiçoamento dos programas objetivando o desenvolvimento com justiça e entre outras competências.

Esta secretaria tem apenas cinco anos de existência. Pois muito antes de se ter uma secretaria específica para tratar do lazer e do esporte, a Secretaria de Educação foi destinada responsável pela tarefa de conduzir as “Políticas Públicas da Atividade Física e do Esporte Amapaense¹⁹” na década de 70, criou-se um setor que passou por variadas denominações como: Sessão de Educação Física, Esporte e Recreação (SEFER), Coordenação de Educação Física, Esporte e Recreação (CEFER), Núcleo de Coordenação de Educação Física, Esporte e Recreação (NCEFER) e Grupo de Educação Física Esporte e Lazer (GEFEL). Percebe-se que a **“política pública” para atividade física e esporte**, era somente efetivada dentro da

¹⁹ Conforme o documento coletado as políticas públicas eram direcionada para essas duas vertentes, ou seja, “saúde e esporte de rendimento”.

escola e para apenas o público estudantil. Os outros segmentos da população não faziam parte do projeto de ação da configuração dessas políticas públicas.

Ainda na responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado, nos anos 80 até o início dos anos 90 o setor de atribuições de atividade física e esporte passa a ser Divisão de Educação Física e posteriormente amplia-se em Departamento de Educação Física e Recreação _ DEFER, mas isso até em 1994, porque a partir desse ano o estado ganha um órgão autônomo, chamado Coordenadoria Estadual do Desporto e do Lazer (CEDEL), onde passa atender todos os municípios do estado, que porém durou apenas três anos.

Quando se pensava que a política pública de lazer poderia tomar força e crescer diante dos olhos do povo de todo o estado, a CEDEL é extinta em 1997²⁰, e volta a ser vinculada a Secretária de Educação com o seguinte denominação Departamento Estadual do Desporto e do Lazer (DDL), que novamente fica a mercê do antigo modelo de políticas públicas.

A estrutura física do DDL a partir desse momento passou a funcionar no Ginásio Avertinos Ramos, que, atualmente a SEDEL encontra-se nessa mesma estrutura, em salas pequenas e desestruturadas que ficam embaixo da arquibancada, muitas vezes gerando certo desconforto aos funcionários e visitantes. E quanto à organização funcional do DDL, encontrava-se organizado em Direção, Divisão de Apoio Administrativo (DIAA), Divisão de Desenvolvimento do Esporte de Formação e Rendimento (DIDEFER), Divisão de Apoio as Promoções e Evento de atividade de Lazer (DIAPEAL) e Divisão de Supervisão de Unidades Desportiva (DISUD), e já atual secretaria se configura da seguinte maneira: Direção, Núcleo de Administração e Financeiro (NAF), Coordenadoria de Esporte e Lazer (COEL), Núcleo de Esporte de Participação e Aventura (NEPA), Núcleo de Esporte de Rendimento (NER) Coordenadoria de Formação Esportiva (COFE), Núcleo de Esporte Educacional (NEED) e Núcleo de Programas Especiais (NPE). Em relação ao quadro de funcionários do DDL constituíam-se por cargos comissionados, contratos administrativos e pelos professores de educação física (que na

²⁰ A CEDEL foi extinta no governo de João Alberto Capiberibe.

maioria são desde a época do Ex-Território) lotado para o departamento, hoje na secretária (SEDEL) não é diferente, continua nessa mesma base.

Em 2003 o DDL é assumido por seu último Diretor Rui Sebastião Cruz Moraes²¹ que com a transformação do departamento em secretaria se tornaria o primeiro Secretário da SEDEL. No plano de sua administração foi traçado para o DDL o macro projeto “**Esporte ao alcance de Todos**” que caracterizou a política de esporte e lazer no estado, tendo como principal objetivo o desenvolvimento do Esporte de Rendimento. Podemos constatar em um trecho desse Projeto (2003) no que se refere aos objetivos:

Incentivar a prática desportiva como elemento socializador e potencializador das capacidades bio-psicológicas dos indivíduos, através do desenvolvimento de atividades voltadas para a busca de novos talentos desportiva e do estímulo aos profissionais da área; Disponibilizar espaço físico alternativo, em conjunto com as entidades da sociedade civil organizada, próprios à prática de esportes e exercícios físicos, na perspectiva do esporte de formação e de rendimento; Criação de centros de desenvolvimento de atividades voltadas para a busca de novos talentos desportivos, para o esporte e lazer, através de convênios com associações de moradores, associações de solteiros e casados e outras entidades da sociedade civil organizada, além de federações, clubes e associações desportivas; [...]

E outra forma de se efetivar as políticas relacionadas ao lazer eram as parcerias com outras secretarias e prefeituras, tanto da capital (Macapá) como de outras cidades do estado, para a realização de eventos pontuais, como as datas comemorativas, torneios e projetos das outras repartições públicas. A partir desse momento a política pública se descentraliza da esfera da escola (especificamente das escolas da capital) e começa a integrar os outros municípios nas ações de política pública de lazer, apesar de ainda ser de maneira tímida.

²¹ Rui Sebastião, com escolaridade do nível médio assumiu o DDL no ano de 2003, onde cuidou dos tramites necessário para a criação da referida secretária, regido pelo artigo 68 da Lei nº0811 de 20 de fevereiro de 2004, para organizar as providências da secretária., e assim no ano de 2005 passou de Diretor para secretário, que no total somou 4 anos de gestão na frente das políticas públicas lazer e esporte.

É necessário entendemos que o Brasil no cenário político nacional passava por mudanças e marcos históricos, e um desses foi nascimento do Ministério de Esporte²² em 2003, que pela primeira vez na nossa história teríamos um ministro exclusivamente desse setor, que “*com isso o esporte e o lazer se firmam como direito da cidadania*” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009, p.7).

E em prol desse contexto o estado do Amapá se ver na obrigatoriedade de cria a secretaria de desporto e lazer, uma instituição “independente e autônoma” para tratar das questões do lazer e o esporte. E somente no ano de 2004, a Assembléia Legislativa aprovou à criação da Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (SEDEL), no artigo 68 da Lei nº0811 de 20 de fevereiro de 2004, para ser tomada às devidas providências. Percebe-se que de forma direta ou indireta a criação da SEDEL se concretizaria, e não podia ser em outro momento propício a aprovação da mesma, pois nesse mesmo ano se realizou a I Conferência Nacional de Esporte com o tema: “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, que no estado se dividiu em duas Etapas: a Municipal (no período de 17 de abril a 04 de maio, ocorrida nos municípios do Estado) e a Estadual (nos dias 14 e 15 de maio), no qual ambas as etapas foram organizada pelo DDL.

Faço destaque para esse momento porque foi muito importante a população vivenciar as reflexões, discussões, propor e participar de eventos dessa natureza, já que neste período são tomadas as providências para a organização da transição de Departamento para a Secretaria. E que essas experiências estimulem o povo a lutar pelos seus direitos. Assim Melo (2003 p.33) apud Thompson (1981)²³ considera que:

A categoria experiência revela-se como central. É somente pela experiência que o indivíduo desenvolve e incorpora valores. E tais valores não podem ser

²² O Ministério de Esporte foi criado no governo de Luis Inácio Lula da Silva.

²³ No livro **Lazer e Minorias Sociais** de Victor Andrade de Melo (2003,) explica no capítulo Lazer e Camadas Populares: Reflexões Baseada na Obra de Edward Palmer Thompson. Esta obra “A formação de Classe Operária”, conforme Melo procurar em Marx a tese de que o povo se educa em sua própria práxis, como sujeito da História, que postula uma compreensão dialética da relação entre o ser social (a posição que ocupa nas relações de produção/ forças condicionantes da trama) e a consciência social (compreensão cultural/ o sujeito exercendo sua própria vontade).

compreendidos apenas como uma imposição, mas como criação e lutar, resistência e subjetivação.

Retornando aos processos históricos da SEDEL, no ano de 2006 é nomeado pelo mesmo governador o ex-deputado Hildo Dos Santos Fonseca, para assumir o cargo de Secretário do Desporte e Lazer, onde gestou até em abril de 2010, para concorrer as eleições estaduais deste ano. No que se refere a sua gestão apenas deu seguimento nas ações políticas do seu antecessor. Atualmente a secretaria se encontra na administração do secretario mais jovem, de apenas 25 anos, Alison Duarte Dos Santos Pinheiro, mas conhecido por Diego Duarte, filho do Deputado Edinho Duarte, estudante do curso de administração geral e membro da diretoria do Clube Ypiranga, este foi indicação do Governador Pedro Paulo, no qual essa nomeação gerou muitas críticas, devido ele ser muito jovem para assumir uma secretaria; por ser filho de deputado e esta tirando o lugar de gente realmente competente; por não ter experiências administrativas e por ser uns dos dirigentes de um clube já citado acima.

CAPITULO III

III REFLEXÕES TEÓRICAS

3.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO LAZER

O lazer na idade antiga, em especial na Grécia, tinha um caráter contemplador, pois, os gregos tinham o tempo livre para dedicar-se ao culto do corpo e do espírito. Esse tempo livre era chamado de scholé, tempo ocupado por atividades ideais, com valores nobres para o ser. No entanto, essa contemplação se designava apenas aos cidadãos livres, logo os escravos não usufruíam deste tempo.

Nos tempos medievais, aconteceram mudanças no tempo de não-trabalho, pois esses momentos de descansos e festas passam a ser controlado pela Igreja Católica, sendo, estabelecido limite ao que podia ser vivenciado, pois a dimensão lúdica era vista como um vício. E essa implicância se ascende, com o puritanismo e as idéias reformistas, quando passam a pregar que o acumulo de riquezas é filosoficamente aceitável, e que o não-trabalho é um inimigo do trabalho e também um dos maiores pecados ao qual se pode submeter à espécie humana: “O trabalho enobrece o homem, o ócio não”

(MELO E ALVES JUNIOR, 2003, p. 5). Essas concepções foram fundamentais para a construção do capitalismo.

O que se pode ver com os contextos históricos é a não divisão social do tempo para as camadas populares. Os escravos não tinham direitos ao ócio, os servos designavam os desejos dos nobres, os que trabalhavam no plantio seguiam a dinâmica da natureza, e os artesões e pequenos comerciantes desfrutavam de certa flexibilidade, porém não sistematizadas.

Com a implantação do modelo fabril e da organização do trabalho em fábricas, no final do século XVIII, começa-se as lutas pelo tempo de não-trabalho entre as classes dominantes e dominadas, o que nesse processo, segundo a Melo e Alves Junior²⁴ surgiu o que hoje conhecemos como lazer.

Os autores nos afirmam que as camadas populares enfrentaram um processo de adequação ao novo modelo de trabalho, mas que não foi fácil e nem tão pouco, pacífico. Advinda de situações descontentes, as classes trabalhadoras começaram a se organizar e a reivindicar os seus direitos nesse sentido, essa manifestação colocava em risco o novo sistema que estava sendo construído. Tendo em vista essa possibilidade as classes burguesas passaram a pensar em momentos de não-trabalho. No entanto, as tensões entre as classes sociais envolveram um processo contínuo e complexo acerca do lazer, que só foi possível, devido à forte resistência popular. Contudo, os dominantes influenciam nos parâmetros de vida das classes populares.

O lazer a parti da revolução industrial segundo, Mascarenhas foi:

A ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, uma imposição peculiar ao capitalismo industrial, como não poderia ser diferente, implicou numa verdadeira revolução do tempo social, opondo tempo livre e tempo de trabalho. A possibilidade de alternância contínua dos momentos de trabalho e não-trabalho começa ai ser suplantada. Nesta direção, a produtividade expressa pela nova disciplina do relógio torna-se a grande inimiga do ócio, invadindo a esfera do tempo livre e buscando conciliar-lo ao trabalho. É então neste movimento de administração do tempo livre, de peleja contra valores, hábitos e comportamentos inerentes ao ócio, que

²⁴ Ver 2003

podemos localizar o aparecimento do lazer, fenômeno condizente com a ideologia da sociedade industrial (2005, p. 230).

Percebe-se então que o lazer só começa a ser motivo de luta da classe dominada (trabalhadora) quando o trabalho deixa de ser algo prazeroso, no qual o homem se realizava (na criatividade, invenção, e etc) e mantinha o controle do seu tempo de produzir. A condição do trabalho oferecida pelo sistema vigente levou trabalhador a lutar pelo seu tempo de não-trabalho.

Conforme Dumazedier apud Gomes (2004, p. 120-121) o lazer em caracteres específicos:

- Caráter liberatório: o lazer é liberação de obrigações institucionais (profissionais, familiares, socioespirituais, e sociopolíticas) e resulta de uma livre escolha.
- Caráter desinteressado: o lazer não está, fundamentalmente, submetido a fim algum, seja lucrativo, profissional, utilitário, ideológico, material, social, político, sociepiritual
- Caráter hedonístico: o lazer é marcado pela busca de um estado de satisfação, tomado como um fim em si: “isso me interessa”. Essa busca pelo prazer, felicidade, alegria ou fruição é de natureza hedonística e representa a condição primeira do lazer.
- Carater pessoal: as funções do lazer (descanso, divertimento e desenvolvimento da personalidade) respondem às necessidades do individuo, em face das obrigações primárias impostas pela sociedade.

Gomes (2004), admiti que o conceito de lazer para Dumazedier compreende:

Um conjunto de ocupações às quais o individuo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das

obrigações profissionais, familiares e sociais (2004, p.121).

Assim, Dumazedier vê o tempo de lazer como produto de duas revoluções modernas: a revolução técnico-científica que vai propiciar um menor tempo de trabalho para o trabalhador produzir mais, e a revolução ético-estético que colocou os valores do lazer como novas referências para o cotidiano e mesmo para instituição de base da sociedade (HACK, 2005).

Conforme Padilha (2000), o lazer não está isento de efeitos perversos, se o mesmo não estiver associado a outras dimensões facilitadoras, como a distribuição igualitária de renda, a elevação do nível da educação e da saúde. Desta maneira pode-se afirmar que o lazer compõe a formação humana numa dimensão integral.

Diante da era industrial, com sua escala de produção, criou uma sociedade de consumo, por vezes, indiscriminado, acrítico, passivo. As tecnologias (mídias, informatização e outras) reforçam e sustentam este consumo provocando farpas nas teias sociais. Para Hack (2005, p 77) “as máquinas, como se previa, não superaram a forma humana de trabalho e as tecnologias sofisticadas não libertaram as pessoas, ao contrário, pode-se sugerir que presentearam a sociedade a humanidade com mais alguma algemas atando esse tempo social ao mercado”.

Enfim, o lazer é uma temática muito complexa, que segundo MENICUCCI, o lazer é:

[...] é um fenômeno social bastante múltiplo e polissêmico, sendo considerando um conjunto de ocupações, ou grupo de atividades, cada uma com conteúdos diversos como atividades físicas, manuais, artística, associativa e turística, o lazer representa relações com o tempo livre, tempo disponível ou conquista do tempo de não atividade com características da não-obrigação e da ludicidade, pode ser diferente propriedade, da livre vontade, pode ser diferente propriedade constitutiva. (MENICUCCI, 2006, p136).

O lazer envolve uma complexidade muito grande quando se fala em defini-lo, pois não há definições e conceitos fechados para essa palavra, já que

está vulnerável a atividades ou ocupações a partir do que o ser humano elenca como forma de usufruir o tempo livre.

3.2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Foi ao longo de muitas lutas no Brasil, para se chegar a um modelo de “governo democrático”, depois de décadas vivendo em repressão e ditadura, sem direitos dignos de seres humanos que pertencem a uma sociedade, como os de participar, elaborar, implementar, fiscalizar e avaliar as decisões políticas de um estado. Somente na constituição de 1988 que se incorporam garantias culturais da sociedade para extensão dos direitos sociais, abrindo espaço para o mecanismo da democracia direta como plebiscito, referendos, projetos de iniciativa popular e conselhos de gestão setoriais (BONALUME, 2008).

Segundo, Werle (2010, p.136) a “democracia é a vivência que possibilita a luta pela redução das desigualdades sociais, através da participação popular, que traça um caminho para transformação da realidade”. Mas, para essa compreensão é preciso que a massa popular tenha um entendimento de que a democracia é para além dos restritos momentos do voto, pois, democracia também compreende participação no processo político de forma em que, a população e governo devem estar juntos para uma gestão eficaz de ações (BONALUME, 2008).

A falta de participação da população, devido, a uma visão reducionista, os torna marginalizados quanto as decisões tomadas pelo Estado, que nesse sentido para (DEMO, 2001, apud WERLE, 2010, p.156,) nos diz que a pobreza política²⁵ de um povo impede a uma efetiva participação, assim:

Um povo politicamente pobre é aquele que [...] não passa de massa de manobra [...] aceita um estado avassalador e prepotente, bem como uma economia selvagem [...] não reivindica direitos, mas pede, suplica, os espera

²⁵ No livro Pobreza Política, Pedro Demo (2001) explica que apesar de considerarmos, normalmente, a pobreza nas dimensões do Ter, ela apresenta-se também na dimensão do Ser, que significa uma incapacidade de sermos cidadãos críticos e participativos, a incapacidade de viver democraticamente.

passivamente, [...] vê o serviço público como caridade [...] que somente reclama, mas não se organiza para reagir”

A participação popular de modo geral só poderá se efetivar quando o povo deixar de ver a política apenas como politicagem (troca de voto, corrupção, trocas de favores, e outros) que favoreçam somente interesses individuais da população. No entanto, segundo Pinto (2008) o reconhecimento e a conquista de direitos não nascem das pessoas como modo individual de lidar com suas obrigações e escolhas. Ao contrário, são, conquistas socioculturais históricas, de sujeitos e grupos organizados, conscientes dos sentimentos coletivos e do poder da participação conjunta.

A constituição de uma participação popular real e efetiva depende da vontade do estado e a vontade civil (WERLE, 2010). Pois, no que se refere à vontade do estado é em relação aos fatores que garantam a participação popular como: ouvidorias, organização de conselhos, duração de encontros, acessibilidade nos investimentos e nos resultados, assim, assegurando o acesso de forma igualitária para construção de decisões que contribuam para o avanço coletivo.

No que diz respeito à vontade civil, não necessariamente nasça do sujeito, mas que ele reconheça através de uma educação que possibilite ter a autonomia de reivindicar pela sua participação, organizando-se como comunidade, associações de bairros e movimentos, para se ter uma emancipação da sociedade (WERLE, 2010). Portanto, é importante que as comunidades, associações de bairro e movimentos sociais, tenham um bom modelo de expansão da participação, pois, assim visará à emancipação da sociedade civil e diluição do Estado, para garantir sua autonomia e seus movimentos organizados.

Para Bonalume, o modelo atual dos governos se deve ao:

[...] sistema liberal que produziu um enorme distanciamento entre governantes e governados ao defender a tese da necessidade de uma burocracia estatal especializada, que tem como propósito decidir sobre questões complexas para as quais o cidadão/ã não é considerado preparado (2008, p.154).

A desculpa que a população não entende os trâmites burocráticos é a forma camuflada de afasta o povo de exerce seus direitos e deveres de fiscalizar os serviços públicos. Em relação ao campo do lazer, a população não deve entendê-lo como uma prática que pode ser feita de qualquer maneira e qualquer condições, mas sim pensá-lo como uma ação política que é necessária e garantida por direito, onde temos a liberdade de questioná-la e exigi-las quanto à transparência, projetos, orçamentos, ações e realidade cultural.

Dessa maneira poderá se efetivar o controle social que, aparece inscrito na constituição com o sentido de participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas, em especial a do lazer. Para tal, precisa ser tratado como um processo contínuo e em permanente construção para se atingir metas planejadas e projetadas.

CAPITULO IV

4. CONHECENDO OS RESULTADOS

Neste capítulo apresento os resultados obtidos na pesquisa, a partir dos objetivos expostos no começo deste estudo. Então se encontram organizados em três eixos: i) Lazer na concepção da SEDEL, ii) Participação da população em relação aos projetos da SEDEL e iii) As características dos Projetos da SEDEL. Fazendo assim as discussões e reflexão a partir do referencial teórico-metodológico.

4.1 LAZER NA CONCEPÇÃO DA SEDEL

Este estudo destacou que as concepções acerca do lazer na SEDEL estão voltadas a uma concepção funcionalista, no qual as atividades de categoria física (principalmente o **esporte**) são as propagadoras dessa concepção. Essas evidências se estabeleceram através da análise interpretativa dos documentos (projetos) e a partir das falas dos funcionários entrevistados, sujeitos deste estudo.

Dos cinco projetos analisado quatro trazem como objetivos promover o esporte seja de participação ou de rendimento. Vejamos os objetivos dos quatro projetos

Resgatar o espírito comunitário e de companheirismo entre os participantes, visando à integração, socialização e respeito mútuo, bem como a promoção do lazer, por meio de atividades esportivas e recreativas (projeto 5).

Garantir o direito ao esporte e lazer à pessoa idosa através de práticas desportivas e recreativas, onde o caráter lúdico é potencializado, proporcionando o bem estar dos participantes por meio de atividades corporais que visam a socialização e a participação ativa dos mesmos na prática do esporte e do lazer. (projeto 4).

Resgatar o espírito comunitário e de companheirismo entre os alunos da rede escolar, através das Olimpíadas Escolares Amapaense, sempre visando à integração, a socialização, e a ajuda mútua, assim como a melhoria do bem comum, proporcionando condições à comunidade em ter uma melhor qualidade de vida através de práticas esportivas (Projeto 3)

Garantir o direito ao esporte e lazer às pessoas, através de práticas desportivas e recreativas (Projeto 2)

Nas falas dos funcionários podemos também observar o conceito de lazer fortemente voltado para o esporte:

É uma questão pessoal, mas que esta relacionada ao esporte e conseqüentemente a saúde. Pois é muito importante para o ser humano (funcionário 1).

É uma forma de você se divertir, uma forma de você se distrair, exercitar o corpo, a mente, porque você fazendo jogos, praticando atividades, você está fazendo lazer. E você está leve, descontraído, é você esta tendo uma resistência física, movimentando os seus órgãos, e uma gama muito grande de benefícios tanto para mente quanto para o corpo, que esta principalmente ligada ao esporte (funcionário 2).

Diante disso “*nota-se ainda a vinculação restrita a um único conteúdo (esporte), diminuindo assim, a abrangência do Lazer*” (MARCELINO, 2008, p.22). Pois esse reducionismo de concepção de lazer da SEDEL deve-se a uma vivência histórica das primeiras políticas do lazer²⁶, como atividades esportivas e recreativas em ruas e praças, que foram difundidas de tal forma,

²⁶ Essas primeiras políticas de lazer foram apresentadas no segundo capítulo (Políticas Públicas e o contexto histórico).

que até os dias hoje, muitos profissionais que trabalham com o lazer os definem apenas a uma pequena visão fragmentada.

Percebam que a fala do funcionário 1 refere o lazer como significado de esporte, como se a opção pessoal de lazer variasse de acordo com cada modalidade de esportiva, pensar o lazer exclusivamente apenas no campo do esporte é desconsiderar e negar as múltiplas possibilidades do que pode ser lazer. E, ainda completa, que em prol dessa prática se obtêm saúde, chegando a uma visão apenas higienista²⁷ do lazer, mas se pode observar melhor essa concepção na fala do funcionário 2 (exercitar o corpo, resistência física, movimentar os órgãos, [...]). Para Silva (2008) é resultado das ideologias institucional assistencialista (SESI e SESC) que começa constituir o lazer em:

Dar condições para que a população fizesse uso “adequado” de seu “tempo livre”, falar do prazer de dispor o corpo de outra forma, de cuida dele, contê-lo, torneá-lo e adestrá-lo, buscando torná-lo veloz, produtivo, saudável, pra combater o ócio, a doença, a moleza (SILVA, 2008, p.110).

Essa forma de oferecer/estabelecer o lazer como atividade de punho somente físico, visa preparar um corpo para o trabalho, que, seja forte, saudável e ativo, para que o trabalhador esteja disposto a produzir com qualidade os seus serviços, sem que a doença os açoite.

Também esses chavões que aparecem como objetivos (espírito comunitário, de companheirismo, integração, socialização, respeito mútuo, bem estar e ajuda mútua, etc.), estão intimamente ligados a uma concepção funcionalista do lazer, pois Marcelino (200, p. 25) analisa que:

Em todas essas abordagens-românticas, moralista, compensatória, ou utilitarista pode-se depreender uma visão “funcionalista” do lazer, altamente conservadora,

²⁷ Melo (2001) afirma, que as preocupações com o lazer no Brasil no século XIX, eram presente nos discurso de médicos e sanitaristas, responsáveis pelas novas reformas típicas da organização urbano-industrial, ou seja, uma concepção higienista do lazer fortemente pregada nesta época.

que busca a “paz social”, a manutenção da “ordem”, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda [...] a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas socialmente aceitas e moralmente corretas.

A concepção funcionalista do lazer, dever ser entendida como a compreensão organicista da sociedade como sendo um corpo ou uma máquina harmoniosa em que cada parte (ou órgão) contribui, com suas devidas funções, para o seu equilíbrio, sendo que na sociedade prevalece esse consenso (PADILHA, 2008). Logo se dá ênfase nos valores da sociedade tradicional, na nostalgia de um passado bom, e assim o lazer passa a ser visto como:

[...] “válvula de escape” que tem função poderosa, favorecendo a saúde física e mental. Assim o lazer compensa o que se perde no trabalho e nas obrigações da vida cotidiana [...] recupera a força de trabalho para manter o equilíbrio do sistema de produção necessário ao progresso da sociedade. Nesta abordagem, normalmente, o trabalho é carregado de negatividade e o lazer carregado de positividade. Ele é visto como um remédio para os possíveis males sociais compreendidos como sendo passageiros (como as doenças em relação ao corpo humano, por exemplo) (PADILHA, 2008, p.12).

Nesse sentido para o estado o lazer é a porta das soluções para os problemas na sociedade, ou é a forma minimizadora de se resolver as desordens. Inúmeras vezes o lazer aparece com parcerias (lazer e educação, lazer e saúde, lazer e violência, lazer e qualidade de vida e outros) para se dar importância a ele. Isso acontece, porque não conseguem enxergar o lazer por sua excelência, é como se o lazer pelo lazer não tivesse serventia de nada. Ou seja, tem que ter uma que haver outra razão maior para se valorizar e explicar a prática do lazer (MARCELINO, 2008).

O lazer para Gomes (2004, p.124):

Compreende a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer.

Essa abrangência que o lazer compreende dever chegar de fato na formação desses agentes sociais. Entretanto, os profissionais habilitados aparecem tradicionalmente a área da Educação Física²⁸, mas também no Turismo, Comunicação, Artes, Pedagogia, Ciências Humanas, Administração, entre outros. As formações desses profissionais ainda não se apropriam de fato a uma formação que supere a aparência comum do lazer.

A formação dos funcionários da SEDEL é na maioria professores de educação física (ou profissionais habilitados pelo CREF), que foram formados em modelo de matriz curricular reduzida nas disciplinas de aspectos mecânicos, anato-fisiológico e psicológicos, incorporados em uma visão de saúde de índole biofisiologistas (CASTELLANI FILHO, 2003). Que, no entanto esse perfil cabia nas primeiras concepções de lazer disseminadas, que culminou com oferecimento de disciplina de Recreação nos cursos superiores da área (SILVA, 2008).

Precisa-se enxergar o tempo livre além do funcionalismo, pois em concordância com Mascarenhas (2005)²⁹ o lazer deve constitui um espaço de organização da cultura, ampliando as oportunidades para que se questionem os valores da ordem social vigente, de maneira que as pessoas não apenas vivenciem, mas também produzam cultura. Sabe-se que isso não é uma tarefa simples e fácil, essa mudança de concepção do lazer advém com educação para o lazer, seja ela para o profissional dessa área como para os cidadãos desse direito.

4.1. A PARTICIPATAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS DA SEDEL

Neste eixo buscou-se desvendar os caminhos dos projetos elaborados pela SEDEL para verificar a efetivação da participação popular em relação aos projetos No sentido de conhecer se há vias e canais para as vozes da população dentro da instituição. Pois a participação cidadã no processo das

²⁸ A Educação Física se vinculou primeiramente ao lazer devido atender as idéia embrionárias do lazer (fragmentada e reducionista).

²⁹ Ver na dissertação de Tese de Doutorado : Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer

políticas públicas busca atender as reais necessidades e particularidades da população, sendo assim considerada ação política bem sucedida (MENICUCCI, 2006).

Os caminhos de elaboração de projetos da SEDEL seguem apenas de setor a setor até o gabinete do secretário, no qual o projeto é submetido à qualificação, podendo ser executado ou não, cabendo ao gestor a decisão final de aprová-lo. Os passos seguidos para a aprovação dos projetos identificados foram os seguintes: os projetos são elaborados pelos núcleos responsáveis (MEPA e NER³⁰) sendo que estes núcleos são coordenados pela COEL³¹, logo os projetos passam pela revisão desse coordenador e depois é dada a entrada desse documento no gabinete. Isso foi identificado a partir da pergunta: Como é constituída a equipe que elabora os projetos? Que teve a seguinte resposta:

Os núcleos (NEPA e NER) enviam o planejamento da atividade que esta no calendário para o nosso setor coordenador (COEL) possa verificar e fazer as observações e encaminhamento para o gabinete do secretário para ele qualificar a ação (Funcionário 2).

Dessa forma fica evidente que a prática da participação fica distante das bases teóricas que as fundamentam³². No entanto o modelo que a instituição adota para as políticas públicas de lazer em Macapá ainda se encontra atrelada ao centralismo (de apenas uma espera do poder público ativa, ou seja, estado) para as tomadas de decisões. Nesse centralismo também podemos observar que a participação é negada até mesmo para os funcionários quanto à tomada de decisão, tendo em vista que o gestor decide sozinho em seu gabinete quais projetos serão concretizados. Então, como a instituição pode oferecer mecanismo e instrumentos de participação se nem mesmo entre gestor e funcionários há esse canal? Essa maneira que se constitui a gestão se caracteriza como autoritarismo, para evitar opiniões contrárias e mudanças que atrapalhe a sua forma de administrar.

³⁰ Ver na lista de siglas.

³¹ Ver na lista de siglas.

³² Ver nas reflexões teóricas

Manter as políticas públicas nesse modelo muitas vezes leva o gestor a pensar que são favores prestado a população, no sentido de ter direito de escolher e decidir as ações dessas políticas (MARCELINO 2008). No qual, o mesmo se vê como único ator das implementações, tratando a população como se fossem clientes, na perspectiva de vê-los apenas como futuro negócio, que para Werle (2010) é as eleições.

Quando perguntado aos funcionários como a equipe de trabalho elabora os projetos, constatamos que é a partir de um calendário, onde, ficam específicos os tipos de projetos que devem ser elaborados e o público alvo a que se “atende”. Percebamos nas seguintes falas:

[...], pois deve seguir o calendário, sendo que para cada mês, já se têm um projeto específico para se elaborar (jogos da terceira idade, os jogos especiais, os jogos escolares, outros).. (Funcionário 1)

Constantemente já existem programações, de acordo com o calendário, os núcleos responsáveis devem seguir o calendário para a elaboração dos projetos, conforme o mês. (Funcionário 2).

No entanto, esses projetos se caracterizam como “pacote de atividades” de predominância esportiva e recreativa, devido ter uma concepção funcionalista do lazer, como se observou no eixo anterior. Esses projetos também compreendem como eventos pontuais, que são realizados a curto período de execução, sem objetivos macros da realidade da população, que vão das estratégias de “tempo livre” a educação para o lazer (PINTO, 2008). Este pensamento nos leva a refletir que os projetos também precisam ser elaborados a partir de um entendimento multidisciplinar, para contemplar as questões profundamente ligadas ao lazer.

As respostas dos funcionários em relação à pergunta (houve participação popular na elaboração dos projetos existentes?) reconfirma que não se tem espaço democrático dentro das políticas públicas de lazer na desenvolvida na SEDEL.

Não tem participação popular na elaboração dos projetos, mas eles gostam de participar dos projetos (Funcionário 1).

O calendário já existe como havia lhe falado, mas há muitos participantes nas nossas atividades e eles dão sugestão em algumas atividades na hora da execução (Funcionário 2).

Falar da participação popular nas políticas públicas não é apenas remeter o pensamento em participação nas atividades ofertadas e executadas, deve-se pensar em um plano maior de participação que vá desde a elaboração de estratégias de políticas públicas (projetos, programas, eventos, etc), orçamento, gestão, a essa “participação de atividades” que será consequência do envolvimento com os outros itens (AMARAL, 2005). Nessas falas entende-se que não precisa da participação popular na elaboração dos projetos porque os participantes demonstram gostar da atividade proposta do projeto, e que se não gostassem não teria muitos participantes. Além disso, essas respostas mostram que não precisa da participação popular porque atrasaria e atrapalharia o calendário estabelecido.

Ao perguntar como a equipe avalia os projetos realizados obteve-se as seguintes respostas:

A avaliação dos projetos realizados é feita através de relatórios de execução (Funcionário 1).

Se faz um relatório no final de cada execução das atividades, e encaminha para o secretário. No qual vai dizendo os prós e os contra, e que a avaliação da coordenação a respeito dos/das jogos/atividade foi 100% de aproveitamento. [...] porque pra mim é assim, vai ter o perdedor e o vencedor, isso não tenha dúvida, como a copa do mundo, você convoca todos os países, mas vai sair um vencedor e o vice. Os outros também estavam ali para ganhar, vencer, e ser o primeiro colocado, mas infelizmente isso não acontece. Isso é em toda as disputa vai ter o primeiro e segundo lugar. Então você não vai dizer que os jogos foi 50% bom de aproveitamento, porque o cara não ganhou? Então a avaliação que agente faz é 100% de aproveitamento na execução. (Funcionário 2).

A avaliação realizada pela equipe que executa o projeto avalia elementos irrelevantes para contribuição de mudanças nas políticas públicas

de lazer em Macapá. Na verdade observa-se que esses relatórios são apenas descrição de como foi executado o projeto, e que servem apenas para certificar que a tarefa foi realizada com “sucesso”, ou que, o “dever foi cumprido”. Mas também se pode entender que a avaliação é direcionada para o rendimento dos participantes. Mas não são atividades de lazer? Ou é uma série de competições? Então o lazer para ser lazer tem que ter uma característica esportiva (competição)?

Este instrumento (avaliação) de fato é de grande valor para contribuição dos caminhos e estratégias das políticas de lazer, e também é uma maneira de contemplar a participação da população, já que a avaliação para ser bem sucedida precisa ser feita do ponto de vista dos participantes e dos organizadores, coisa que não acontece nessas avaliações da SEDEL.

Na via em que ações do governo se limitam nas políticas públicas de lazer em forma de “pacotes de atividades esportivas e recreativas”, o mercado, particularmente, a indústria do lazer, se encarrega de dizer qual é o bom e o melhor lazer, impregnando a ideologia consumista do lazer (MASCARENHAS,2005). Logo, o sistema capitalista, individualiza, privatiza e aumenta as desigualdades de oportunidades do lazer. O consumo do lazer afasta cada vez mais o cidadão de reivindicar os seus direitos, e, além disso, enfraquece a possibilidade de haver uma participação popular, ou seja, esse cenário dificulta o interesse da população na participação das políticas de lazer.

No entanto, para se efetivar uma participação popular nas políticas de lazer necessita que as mudanças comecem na concepção de lazer da secretaria, na forma de elaborar os projetos, a postura administrativa dos gestores, a maneira de avaliar os projetos e a forma de como fazem acontece as políticas públicas de lazer. E o que diz respeito à população precisasse primeiramente reconhecer o lazer como um direito social, que é dever do estado assegurar esse direito como qualquer outro direito social, reconhecer que o lazer é tão importante como a saúde, a educação e outros fatores relevantes para a vida e entender que o estado não é absoluto, pois todos nos fazemos parte do sistema político como atores políticos.

REFLEXÕES A PENSAR

Ao chegar nessas últimas páginas para escrever as impressões finais desse estudo, me detenho a levar umas reflexões no que diz respeito a educação do povo, formação dos funcionários e a forma como são escolhidos os gestores, para que assim se constituía pensamentos de que caminhos queremos para as políticas públicas de lazer em Macapá.

Como podemos chegar a uma política pública de lazer em Macapá com a efetivação da participação popular, sabendo que esse é um processo construído principalmente através da educação? Tendo em vista, que na maioria do processo na educação, se dá de uma forma positivista, que apenas visa preparar cidadãos com objetivos para o exercício do trabalho. Quantos de nós terminamos e terminaremos o ensino básico sem conhecer os nossos direitos sociais? Ou sem saber o que é políticas públicas? Talvez bem poucos devam saber quais são os direitos sociais, ou, se sabe é porque deve ter lido a respeito, por acaso, ou, ouviram falar. E em relação às políticas públicas, muitos já ouviram essas duas palavras em época de eleição nos horários políticos, mas muitos nem entenderam, e tantos e tantos outros até hoje nem saibam o que significa. Mas nunca mesmo devem ter tido uma aula que contemplasse esses dois temas, em muito menos sobre as políticas públicas de lazer.

Que espaço na educação contempla o lazer? Todos iram responder de primeira, na disciplina de Educação Física. Mas será que a Educação Física contempla o estudo do lazer nas aulas ofertadas pelos professores? Geralmente a aula já é compreendida como lazer, e fica só no subtendido da

prática. E as demais disciplinas não podem contemplar o lazer como tema, porque não são professores de educação física? E os outros fatores que rodeiam o lazer como; a política, a história, a globalização, o mercado, e outros, não permite que o lazer seja discutido pelas outras disciplinas? Pelo que vimos no decorrer do trabalho percebe-se que não é apenas na Educação Física, que pode falar de lazer, mas toda a disciplina que queira efetivar uma educação emancipatória que contribua para a educação do povo, quanto um cidadão autônomo, esclarecido, crítico, criativo e consciente das suas ações em relação aos seus direitos e deveres.

Os profissionais que trabalham com o lazer na maioria é o professor de Educação Física, que, no entanto implica em relacionar o lazer nos dias atuais somente no sentido do esporte mais precisamente. Entretanto essa relação se deve à formação acadêmica, que timidamente hoje em dia contempla nos currículos de graduação a disciplina do lazer (Marcelino 2008). Pouco se aprofunda nos estudos e discussão do lazer, mesmo que a produção científica tenha tido um considerável crescimento (MELO, 2003). Penso, que a Educação Física desde o momento que ela entrou em crise foi por um objetivo maior, que é o seu ensinamento de uma forma total do ser humano, então não podemos desprezar esse conteúdo que é tão presente na nossa profissão e na sociedade. Por isso, é pertinente refletir em que profissionais estão atuando no desenvolvimento dessas políticas públicas de lazer em Macapá, na SEDEL, será que não precisam de uma oferta de formação continuada, mesmo que sejam os que acabaram de sair da graduação para trabalhar no desenvolvimento de políticas públicas de lazer, pois a formação é uma continuidade que não é estagnada.

Então, outra questão também que grande relevância para se refletir é a forma de como são escolhidos os gestores para administrar e desenvolver políticas públicas de lazer. Será que para ser secretário do desporto e do lazer tem que ser conhecido dos quem indica para esse cargo, ou seja, na lei da politicagem. Como fica a competência? E a experiência, adquiri-se no processo, ou permanecendo o mesmo modelo vigente? Vamos ficar apenas assistindo as corrupções que acontece em volta das políticas de lazer que vem sendo desenvolvida como presenciamos em setembro? Hoje pode ser o

começo de um novo caminho histórico das políticas públicas de lazer em Macapá, se você que esta lendo estas linhas parar para refletir sobre isso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de, GUITERREZ, Gustavo Luis. **Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas**. Conexões, v.2, n1, UNICAMP,2004.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. **Avanços e Contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre**. Movimento, v. 11, n 3, p. 9-26, Porto Alegre set/dez de 2005.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. **“Políticas Públicas”**. In. GOMES, Christiane Luce (Org.). Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autentica, (2004)

BONALUME, Claudia Regina. **“Controle social das políticas de esporte e lazer”**. In. MARCELINO, Nelson (org.). Políticas Públicas de lazer, SP: Alínea, 2008.

CASTELANI FILHO, Lino. **Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6. ed Atlas, 2008

GOMES, Christiane Luce.. **“Lazer – Concepções”**. Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

HACK, Cássia. **Lazer e Mídia em Culturas Juvenis: uma abordagem da vida cotidiana**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005

KONDER, Leandro. **O que é Dialética?** São Paulo, Brasilense, 1981

LAKATOS, Erva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Métodologia do Trabalho Científico**, 6º Ed. SP: Atlas, 2001

MARCELINO, Nelson Carvalho (Org). **“Subsídios para um Política de Lazer: o papel da administração Municipal”**. Políticas Públicas de lazer. Campinas, SP, Álinea, 2008.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: Teses acerca da anatomia do lazer. 2005, 307f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. O dia do acesso

MASCARENHAS, Fernando. **“Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade”**. In. CASTELANI FILHO, Lino (org.). Gestão Pública e Política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP. Autores Associados, 2007

MELO, Victor Andrade de, ALVES JUNIOR, Edmundo de Drumond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP:Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e minoria sociais**, SP, IBRADA, 2003

MENICUCCI, Telma. **“Políticas Públicas de lazer: Questões analíticas e desafios políticos”**. In. LINHALES, Meily Assubú. E ISAYAMA, Helder (org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. BH, UFMG, (2006)

PADILHA, Valquiria. **O Lazer Contemporâneo Ensaio de Filosofia Social**. Movimento, v. 10, n.2, p. 147-166, Porto Alegre, mai/ago de 2004.

PADILHA, Valquiria. **Dialética do Lazer**. São Paulo, Cortez, 2006.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. **Políticas Públicas de lazer no Brasil**. Uma história a contar. In. MARCELINO, Nelsom Carvalho (Org.). Políticas Públicas de Lazer, Campinas, SP: Alínea, (2008)

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do AMAPÁ da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo 1943-1970**. Belém. Grafinorte, 2006.

SILVA, Débora Alice da. **Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural**. In. MARCELINO, Nelsom Carvalho (Org.). Políticas Públicas de Lazer, SP: Alínea, (2008)

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital**. In. PADILHA, Valquiria (Org.) Dialética do Lazer. SP. Cortez, 2006

WERLE, Verônica. **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer**. Motriz, v.16, n1, p.135-142, Rio Claro jan/mar, 2010..Disponível em: www.motriz.com.br. Acesso em 28 abr. 2010

APÊNDICES

I. TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Você está sendo convidado /a para participar, como voluntário, em uma pesquisa intitulada “**Política Pública de Lazer: uma análise dos projetos da Secretaria Estadual de Desporto e Lazer (SEDEL) em Macapá**”. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você pode procurar o/a Pesquisador/a Responsável: Karem Barreto Farias. Telefone para contato: (096) 9907-5491. Email: karem.barreto@hotmail.com. Orientadora Responsável: Prof. Ms. Cássia Hack . Email: cassiahack@hotmail.com.

A pesquisa será desenvolvida através de entrevista que contará com 11 perguntas abertas sobre Políticas Públicas de Lazer em Macapá. A entrevista será gravada e transcrita posteriormente na íntegra. Esta pesquisa tem como objetivo investigar e caracterizar os projetos de Lazer existentes na SEDEL, analisar as concepções de Lazer nos mesmos, e verificar a participação dos cidadãos em relação aos projetos. Para evitar que os funcionários não tenham nenhum tipo de desconforto e constrangimento que podem ser provocados pela pesquisa, será garantido absoluto sigilo e total liberdade de desistência a qualquer momento da entrevista. Sua participação será de grande importância para o alcance dos objetivos almejados na pesquisa e pode lhe beneficiar na medida em que poderá refletir sobre os seus conhecimentos e compreensão acerca das Políticas Públicas de lazer em Macapá. A duração da entrevista será aproximadamente de 30 a 60 min.

Karem Barreto Farias

Eu, _____, RG
_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Política Pública de Lazer: uma análise dos projetos da Secretaria Estadual de Desporto e Lazer (SEDEL) em Macapá**, como sujeito, fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora **Karem Barreto Farias** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer, sem que isto leve a qualquer penalidade.

II. ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1- DADOS PESSOAIS DO PARTICIPANTE

1.1- Turno em que trabalhar: () manhã () tarde () diurno

1.2- Idade:_____

1.3- Sexo: () masculino () feminino

1.4- Tempo de serviço na instituição:_____

PARTE 2- QUESTÕES RELATIVAS AO TEMA DA PESQUISA

1. Qual é a sua formação?
2. O que você entende por lazer?
3. Qual sua concepção de políticas públicas?
4. Como é constituída a de equipe trabalho da SEDEL
5. Como a equipe trabalha para elaborar os projetos realizados pela SEDEL?
6. Quais os trâmites (interno/externo) dos projetos? Como são aprovados?
7. Houve a participação popular na elaboração dos projetos existentes? Como?

8. Como são escolhidos os locais para implantar os projetos?

9. Como a equipe avaliar os resultados dos projetos realizados?

10. Como são financiados os projetos?

11. Expressão livres

ANEXOS